



Opinião Econômica

Marcos de Vasconcellos

Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor do Mercado

Smart Fit exemplifica a dicotomia do varejo

Temos governo que acredita e prega o aumento do consumo, mas que não consegue controlar a inflação

O Réveillon tem um efeito interessante nos parques de São Paulo. A promessa de começar o ano novo de forma mais saudável leva hordas de atletas amadores a experimentar caminhadas e corridas, em um louvável novo esforço. Nas academias, é a alta temporada de matrículas.

Quem parece ter apostado que os novos atletas seguirão na vida fitness é o gigante do letreiro amarelo, Smart Fit. A marca acaba de divulgar que, em 2024, acrescentou 305 academias à sua rede uma expansão de 21%. Assim, começa 2025 com 1.743 unidades, sendo 823 no Brasil, 395 no México e 525 em outros países da América Latina.

Esse tipo de movimento custa caro. E demora a se pagar. Com

a fome de crescer, a dívida bruta da empresa atingiu o patamar de R\$ 5,2 bilhões no terceiro trimestre de 2024 (último dado disponível). Isso é 45% a mais do que no mesmo período do ano anterior. Só se endivida assim quem confia que vai fazer mais dinheiro com as novas aquisições.

A receita básica para tocar uma academia não tem muita mágica: aparelhos novos, unidades disponíveis, bons pacotes de assinatura e funcionários treinados.

Pelo visto, os investidores não acreditam que isso será o bastante para transformar o aumento do endividamento em aumento dos lucros para a Smart Fit. As ações da empresa, SMFT3, fecharam o ano em queda de quase 35%. Está bem que

não foi um ano bom para a Bolsa de forma geral, mas as perdas do Ibovespa foram bem menores que isso, de 10,3%.

O desabar dos papéis foi a contragosto dos analistas da XP e do BTG Pactual. Os profissionais da corretora afirmaram que os últimos resultados reportados pela rede fitness foram sólidos, destacando que a empresa “parece estar no caminho certo com seu plano de expansão”.

Os especialistas do banco de investimentos apontaram o aumento da eficiência da empresa, que reflete no aumento de consideráveis 35% em seu Ebitda (lucros antes dos juros, tributos, depreciação e amortização). Eles recomendam a compra do papel, dizendo que seu preço-alvo é de R\$ 28 60%

acima dos atuais R\$ 17,50.

Como pode uma marca em franca expansão, bem vista entre analistas, então, perder 35% de seu valor de mercado em apenas um ano? A rede é um ótimo exemplo para explicar a dicotomia vivida pelo varejo brasileiro neste ano.

Temos um governo que acredita e prega o aumento do consumo, mas não consegue controlar a inflação, reduzindo o poder de compra e aumentando o endividamento de seus cidadãos.

No apagar das luzes de 2024, o número de endividados no Brasil chegou a 73 milhões de pessoas, de acordo com o Serasa. Por mais que o brasileiro seja cada vez mais adepto a um modo de vida saudável, na hora que o

calo aperta, a conta da academia não é a primeira a ser paga.

O avanço da inflação, que arasta consigo o aumento das taxas de juros, não atrapalha só a atração e retenção de clientes. A renegociação de dívidas e dos contratos de locação de imóveis fica cada vez mais difícil para a rede.

Vale lembrar que, em 2023, quando havia perspectiva de cortes nos juros, as ações da Smart Fit se valorizaram cerca de 90%. Com as perdas de 2024, os papéis são vendidos hoje por 55% do preço que tinham quando chegaram à Bolsa, em 2021.

Ao que parece, os investidores querem mais do que promessas de ano novo para voltar a apostar na tese de uma vida saudável.

ACOMPANHE COM PRATICIDADE AS NOTÍCIAS MAIS IMPORTANTES E EXCLUSIVAS DO DIA



BAIXE O APP JC



Coprel faz investimento em transmissão de energia no RS

/ INFRAESTRUTURA

Eduardo Torres
economia@jornaldocomercio.com.br

A cooperativa Coprel iniciou em setembro as obras para o principal investimento de 2024. Trata-se da empreitada para erguer uma nova subestação de energia no município de Não-Me-Toque. Somente neste projeto, são aportados R\$ 27 milhões, como parte do total de R\$ 93 milhões investidos no ano, conforme aprovação dos associados. Além da subestação, que será a sexta da cooperativa, serão implementados quatro novos alimentadores para outros cinco municípios vizinhos.

No plano de investimentos de 2024, a Coprel priorizou novas redes trifásicas, troca de postes, equipamentos para religação automática das redes e reguladores de tensão. Em entrevista ao **Jornal do Comércio**, em julho, o presidente da cooperativa, Jânio Vital Stefanello, confirmou que, mesmo com os impactos das cheias no Estado, a Coprel sustentaria os aportes pre-



Mesmo após cheias, Stefanello manteve investimentos da cooperativa

vistos no ano de 2024.

Ainda no ano passado, a Coprel anunciou durante a Expodireto a contratação, junto ao BRDE, de R\$ 66 milhões para investimentos na implantação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Santo Antônio do Jacuí, no Rio Jacuí, entre os municípios de Mormaço e Victor Graeff. A obra tem prazo para ser concluída até dezembro de 2025 e terá capacidade de geração de 5,2 MW.

Ficha técnica

- **Investimento:** R\$ 159 milhões
- **Estágio:** Em execução
- **Empresa:** Cooperativa Coprel
- **Cidade:** Mormaço, Não-Me-Toque
- **Área:** Infraestrutura
- **Investimentos em 2023:** R\$ 148,8 milhões

Produção de biodiesel cresce em 20 anos e chega a 77 bilhões de litros

/ ENERGIA

O marco legal do biodiesel no Brasil completou ontem 20 anos. A Lei 11.097/2005 introduziu oficialmente o combustível renovável à matriz energética do País.

A norma modificou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis com a atribuição de regular a produção e comercialização de biocombustíveis no País, pondo em prática o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

A lei foi a primeira a constituir o marco legal do biodiesel e fixou uma mistura obrigatória de 5% do combustível renovável no óleo diesel comercializado no País, criando a mistura chamada de diesel B. Um período transitório de até oito anos previa uma mistura com apenas 2% de biodiesel, inicialmente voluntária e que passaria à obrigatoriedade em três anos.

Em 2009, a mistura obrigatória de 5% foi estabelecida por

uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética e, desde então, houve uma evolução gradual que levou ao biodiesel B14, com acréscimo de 14% de biodiesel no diesel B, a partir de março de 2024.

Para o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o principal avanço no período de vinte anos foi a expansão da produção e do uso do biocombustível, com consequente impulso sustentável nos aspectos ambiental, social e econômico. “Nessas duas décadas, produzimos 77 bilhões de litros de biodiesel, economizando 38 bilhões de dólares em importação de diesel”, diz.

Além disso, a trajetória evitou a emissão de 240 milhões de toneladas de gás carbônico, gerando empregos e oportunidades aos agricultores familiares, tornando biodiesel “um grande aliado na transição energética justa e inclusiva do País”, destacou Silveira.